



Uma efabulação genealógica  
vicentina na *Comedia sobre a devisa  
da Cidade de Coimbra*  
e a corte de Dom João III

*Paulo Morais-Alexandre*

SEPARATA DE

**ARMAS E TROFÉUS**  
REVISTA DE HISTÓRIA, HERÁLDICA, GENEALOGIA E ARTE

IX SÉRIE  
TOMO XVIII  
2016

UMA EFABULAÇÃO GENEALÓGICA VICENTINA NA  
COMEDIA SOBRE A DEVISA DA CIDADE DE COIMBRA E A  
CORTE DE DOM JOÃO III

*Paulo Morais-Alexandre\**

*Resumo: ensaia-se uma tentativa de compreensão do sentido de comédia na peça de Gil Vicente, Comedia sobre a devise da Cidade de Coimbra, recorrendo-se para tal a uma análise culto da nobiliarquia então vigente, da composição da corte do rei de Portugal, D. João III e à pesquisa da encenação produzida especificamente para um público muito particular.*

*Abstract: an attempt to understand the sense of comedy in the play of Gil Vicente Comedy about the coat of arms of the city of Coimbra, resorting to such the analysis of the court of the king of Portugal, John III, the cult of nobility and a staging specifically produced for a very special audience.*

---

\* Professor da ESTC – Escola Superior de Teatro e Cinema / Instituto Politécnico de Lisboa. Mestre em História da Arte com uma dissertação versando o tema *O Vestuário e a Heráldica*. Doutor em Letras pela Universidade de Coimbra com uma tese subordinada ao tema *A Heráldica do Exército na República Portuguesa no século XX*. Da Academia Lusitana de Heráldica, da Academia Falerística de Portugal, do Centro Lusíada de Estudos Genealógicos e Heráldicos e da Secção de Genealogia e Heráldica da Sociedade de Geografia de Lisboa. Pró-Presidente para as Artes do Instituto Politécnico de Lisboa.

E-mail: pmorais@estc.ipl.pt

## Introdução

A *Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra*<sup>1</sup> representada perante o rei D. João III e sua corte em 1527 por ocasião da estada ali daquele monarca, além de ser uma peça onde «[...] se trata o que deve significar aquela princesa, leão e serpente e cales ou fonte que tem por devise [...]»<sup>2</sup>, ou seja, além de aventar uma fantasiosa leitura simbólica do brasão-de-armas da citada cidade, aborda ainda «[...] o nome do rio e outras antiguidades [...]»<sup>3</sup>, não é referido na rubrica mas na cena final várias personagens serão ainda chamadas à colação para darem conta à audiência que são tronco, ou seja, delas derivaram as mais relevantes famílias portuguesas, num muito fantasioso exercício genealógico.

Sem dúvida associado à corte e acompanhando-a nas várias deslocções, Gil Vicente, até mercê da sua função lidava com os mais importantes membros da mesma e estaria certamente muito familiarizado com as temáticas relacionadas com o cultivo da nobiliarquia que era muito relevante e a sua deriva para as questões relacionadas com a genealogia e a heráldica familiar e que com esta se confrontaria amiúde nas suas funções na corte e por este motivo as teria introduzido em algumas das suas peças.

Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que estudou este texto, classificou-o «[...] como lenda heráldica e genealógica – primeiro exemplar de um género ainda não ensaiado por ninguém» referindo também que, enquanto lenda heráldica e farsa mitológica, seria predecessora das futuras óperas de António José da Silva e até das operetas de Offenbach<sup>4</sup>.

Osório Mateus em *Devisa* refere, a propósito da personagem Colimena, que se trata de um «[...] nome apto para invenção etimológica»<sup>5</sup>, dando uma interessante pista para a estruturação desta peça. A estruturação “etimológica” parte do nome da cidade, rio, animal e apelidos e só depois terá sido dado o nome à personagem que permitia esta putativa etimologia. Assim, perante a necessidade

<sup>1</sup> VICENTE, Gil, “Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra”, 1527 in CAMÕES, José (Org.). [Em linha] *CETbase: Teatro em Portugal / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 2002 [Consult. 4 Abr. 2015]. Disponível em [http://ww3.fl.ul.pt/centros\\_invt/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos\\_GV/Devisa%20de%20Coimbra.pdf](http://ww3.fl.ul.pt/centros_invt/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos_GV/Devisa%20de%20Coimbra.pdf)

Os textos vicentinos citados e apresentados no presente artigo são os fixados pela equipa de investigadores liderada por José Camões que estão disponíveis na internet no sítio da *CETbase: Teatro em Portugal* de acordo com as localizações adiante citadas.

<sup>2</sup> *Idem*, rubrica, 106’.

<sup>3</sup> *Ibidem*.

<sup>4</sup> VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, “Pedro, Inês e a Fonte dos Amores” in *Lusitânia, Revista de Estudos Portugueses*, Lisboa, 1925, fascs. 5-6, p. 169.

<sup>5</sup> MATEUS, Osório, *Devisa*, Lisboa, Quimera, 1988, p. 16.

de criar uma personagem que permitisse citar que Inês de Castro havia estado na sala onde a função se representava, Gil Vicente associou o apelido desta figura histórica a um nome com algumas semelhanças com o seu apelido, neste caso Belicastro, efabulando depois sobre a diferença da grafia de ambas as palavras.

Trata-se de uma das obras mais menosprezadas do teatro vicentino que, após a estreia, raramente foi levada à cena, sendo de registar a sua apresentação em 1993-94 pela “Escola da Noite”, tendo este espectáculo sido reposto em 2004<sup>6</sup>. Em 2010, sob a designação de *Divisa*, sob direcção de Álvaro Correia foi também representada pelos alunos 2.º ano do curso de Teatro no Estúdio João Mota da Escola Superior de Teatro e Cinema<sup>7</sup>.

O presente texto deriva de uma pesquisa iniciada a partir do convite da professora Maria José Palla, para que o autor do mesmo estudasse e publicasse um conjunto de textos relativos às personagens da peça em apreço no *Dicionário das Personagens do Teatro de Gil Vicente*<sup>8</sup>.

## I – Do cultivo da nobiliarquia à genealogia fantasiosa

Um bom ponto de partida para a compreensão do texto vicentino passa pela procura do sentido da comédia na sua obra, o que se considera que consegue ser estabelecido pela demanda dos alvos da sua ironia. Jean Aubin, em “*La noblesse titrée sous D. João III: inflation ou fermeture?*” dá uma preciosa pista ao referir a verdadeira “doença” pela Nobiliarquia/Genealogia de que sofriam muitos dos que faziam parte da corte:

«L’aspiration à se faire reconnaître fidalgo et à s’élever dans l’hierarchie nobiliaire – ambition dont se gaussait dans son œuvre théâtrale Gil Vicente – est sans doute le trait le plus apparent des mouvements internes qui affectent le corps de l’aristo-»

<sup>6</sup> “*A Escola Da Noite / Gil Vicente*, Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra” [Em linha], [Ficha de espetáculo], *CETbase: Teatro em Portugal / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, reg.º n.º 409, s.d. [Consult. 5 Set. 2015]. Disponível em <http://ww3.fl.ul.pt/CETbase/reports/client/Report.htm?ObjType=Espectaculo&ObjId=409>

<sup>7</sup> *A Partir de Comédia sobre a Devisa da Cidade de Coimbra e Auto Pastoril Português de Gil Vicente* [Folha de Sala], Amadora, Escola Superior de Teatro e Cinema, 2010.

<sup>8</sup> PALLA, Maria José (coord. e org.), *Dicionário das Personagens do Teatro de Gil Vicente*, Lisboa, Chiado Editora, 2014.

cratie, et à sa marge inférieure tout un monde de hobereaux miséreux et d'écuyers sans lignage qui essaient d'en forcer l'entrée.»<sup>9</sup>

Tal pode ainda ser alcançado através de uma tentativa de reconstrução da plateia presente, o que hipoteticamente pode ser feito principiando pela composição da corte de D. João III, nomeadamente dos membros desta que eventualmente estariam em Coimbra a acompanhar o monarca na data da apresentação do espectáculo. Havia efectivamente no tempo de D. João III um verdadeiro culto da genealogia e há o registo da produção de vários róis de linhagens, escritos desde pelo menos o último quartel do século XIII, sendo de referir o *Livro Velho* ou o *Livro do Deão* e, já do século XIV, o *Nobiliário de Dom Pedro, Conde de Barcelos*<sup>10</sup>, alvo de inúmeras reproduções e impressões ao longo dos séculos<sup>11</sup>.

<sup>9</sup> AUBIN, Jean, “La noblesse titrée sous D. João III, inflation ou fermeture?” in AUBIN, Jean, *Le Latin et l'Astrolabe, Recherches sur le Portugal de la Renaissance, son expansion en Asie et ses relations internationales*, Lisboa-Paris, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1996, p. 371.

<sup>10</sup> BARCELOS, D. Pedro, 3.º conde de, *Nobiliário de Espanha escrito pelo senhor conde D. Pedro*, 1340-1344, ANTT, *Livro de Linhagens*, n.º 144.

A este respeito são significativas as palavras de Miguel Metelo de Seixas: «A produção medieval portuguesa revelara-se substancial neste âmbito, desde o Livro Velho de Linhagens de finais do século XIII e o Livro de Linhagens do Deão do segundo quartel da centúria seguinte, até ao pouco posterior Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, sem dúvida a obra genealógica medieval de maior alcance e difusão não apenas em Portugal como nos restantes reinos peninsulares, onde foi largamente copiado, acrescentado e glosado» Cit. SEIXAS, Miguel Metelo de – “Recensão Crítica a GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*, (Edição crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos), Lisboa, Instituto Português de Heráldica / CLEGH / CEPESE, 2014, 628 pp.”, in *Armas e Troféus, Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*, Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 2014, 9.ª série, tomo 16, p. 443.

Ainda a respeito dos livros de linhagens medievais veja-se a obra de MATTOSO, José, “A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal (sec. XIII-XIV)”, in *Portugal medieval, novas interpretações*, Lisboa, Casa da Moeda, 1985 e sejam consultadas as várias edições críticas nas quais este investigador participou, nomeadamente: *Livros Velhos de Linhagens* (Edição crítica de Joseph Piel e José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências, 1980 e *Livro de linhagens do Conde D. Pedro* (Edição crítica de José Mattoso), Lisboa, Academia das Ciências, 1980. Será ainda de consultar: PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor, *Linhagens Medievais Portuguesas, Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média [Em linha], Porto, Universidade do Porto, 1997, [Consult. 24 Mar. 2017]. Disponível em [https://www.google.pt/url?sa=t&rc=1&q=&escrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiN6ZG34O\\_SAhUBw4MKHao4AkUQFghMMAg&url=https%3A%2F%2Frepositorio-aberto.up.pt%2Fbitstream%2F10216%2F18023%2F2%2F1712TD01P000079037.pdf&usq=AFQjCNHRLLMWBv5O\\_VVQ9cpe0XDS-9kQuw&sig2=pdIzvyxVkiVyxOmcVQXCw&bv=150729734.d.d24](https://www.google.pt/url?sa=t&rc=1&q=&escrc=s&source=web&cd=9&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwiN6ZG34O_SAhUBw4MKHao4AkUQFghMMAg&url=https%3A%2F%2Frepositorio-aberto.up.pt%2Fbitstream%2F10216%2F18023%2F2%2F1712TD01P000079037.pdf&usq=AFQjCNHRLLMWBv5O_VVQ9cpe0XDS-9kQuw&sig2=pdIzvyxVkiVyxOmcVQXCw&bv=150729734.d.d24)

<sup>11</sup> «Os livros de linhagens foram compilados em momentos diversos entre o século XIII e XIV, sofrendo sucessivas interpolações até assumirem a sua forma definitiva. São conhecidos basicamente três livros

É ainda imperioso referir um livro de linhagens contemporâneo da peça, escrito por Xisto Tavares, falecido em 1525, sob a designação de *Liuro das Prencipaes Linhagens de Portugal*<sup>12</sup> e do qual foram feitas várias cópias manuscritas, algo que é demonstrativo do seu sucesso e importância, ou, um outro, um pouco posterior à apresentação da *Devisa* em Coimbra, da autoria de Damião de Góis e do foram realizadas várias cópias manuscritas<sup>13</sup>.

Obviamente que a Genealogia sofreu muitas vezes da falta de rigor, de problemas metodológicos, da má selecção de fontes, da enviesada análise dos documentos<sup>14</sup>, na omissão da sua citação, do registo de informação oral não escrutinada, etc., datando apenas do século XIX a preocupação com o rigor científico desta área que passou a ciência auxiliar da História<sup>15</sup>. Muitos dos róis genealógicos mostram, no entanto, origens de linhagens fantasiosas, verdadeiras efabulações, motivadas por diversas ordens de factores que aliás evoluiriam no decurso dos reinados:

*de linhagens: o Livro velho (LV), o Livro do Deão (LD) e o Livro de linhagens do Conde Dom Pedro, que aqui chamaremos de Livro de linhagens (LL). Os períodos presumíveis para as suas compilações vão de 1282 a 1290 para o LV, de 1290 a 1343 para o LD, e de 1340 a 1343 para o LL.*». BARROS, José D'Assunção, “Os Livros de Linhagens na Idade Média Portuguesa, A constituição de um género entre a genealogia e a narrativa” in *RCL, Convergência Lusitana* [Em linha], Rio de Janeiro, Real Gabinete Português de Leitura, 2011, Janeiro-Junho, n.º 25, p. 77. [Consult. 26 Mar. 2017]. Disponível em <http://www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/?p=138>

<sup>12</sup> TAVARES, Xisto, *Liuro das Prencipaes Linhagens de Portugal*, s.d., BNP, COD. 1328.

<sup>13</sup> GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*, (Edição crítica de António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos), Lisboa, Instituto Português de Heráldica / CLEGH / CEPESE, 2014. Veja-se ainda a este respeito o relevante texto de SEIXAS, Miguel Metelo de, “Recensão Crítica a GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis* (...)”, ob. cit., pp. 441-449.

Esta obra terá sido iniciada na sequência da nomeação de Damião de Góis para guarda-mor da Torre do Tombo em 1945 e terminada em data posterior a 1555. Cf. VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, “Introdução” in GÓIS, Damião de, *Livro de Linhagens de Portugal de Damião de Góis*, ob. cit., p. 17.

<sup>14</sup> «[...] a memória linhagística era, na maioria das vezes, alicerçada em situações concretas e registos vários, somente libertando-se para vãos mais fantasiosos onde havia lacunas que o permitissem. Com frequência, passava-se de maneira imperceptível da lenda interpolada à narrativa, que era construída sobre bases mais conhecidas e em torno de figuras cuja existência podia ser comprovada historicamente». Cit. BARROS, José D'Assunção, “Os livros de linhagens medievais e a reconstrução da memória – as operações genealógicas nos nobiliários portugueses dos séculos XIII e XIV”, in *Diadorim, Revista de Estudos Linguísticos e Literários*, Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, (2006), n.º 1, p. 163.

<sup>15</sup> S.A., “Breves notas sobre Genealogia e Heráldica”, in ZÚQUETE, Afonso (dir. e coord.), *Armorial Lusitano*, Lisboa, Representações Zairol, 1987 [reed.], vol. 2, p. 707.

«[...] importancia del fundador del linaje, iniciador de una historia familiar siempre limpia y gloriosa, destinada a justificar y legitimar la posición alcanzada por sus descendientes. [...] frecuentemente, los genealogistas, más que embaucar a aquéllos para los que realizaban sus trabajos, les secundaban en su afán por reconstruir un pasado ficticio, mucho más adecuado y conveniente. [...] En otros casos, las falsificaciones genealógicas surgen de la necesidad de ocultar un pasado que no se consideraba apropiado para sustituirlo por otro, ficticio, pero idóneo; un pasado inventado destinado a legitimar la posición socioeconómica alcanzada, pero también a proyectar el linaje hacia el futuro [...]»<sup>16</sup>.

Registe-se que a este nível a própria *Bíblia Sagrada* pode dar azo a especulações, já que o “*Primeiro Livro das Crônicas*” estabelece uma linhagem de Abraão que remonta até Adão<sup>17</sup>.

Sobre as genealogias fantasiosas no tempo de Gil Vicente cite-se uma, claramente na pegada do texto bíblico, da responsabilidade do infante D. Fernando, duque da Guarda e de Trancoso, irmão de D. João III. Este príncipe era, segundo Diogo Barbosa Machado na obra *Bibliotheca Lusitana*, «[...] dado ao estudo das *Historias verdadeiras, e inimigo das fabulosas, e principalmente nas de seus progenitores trabalhou muito por saber sua origem. Compoz Arvore Genealógica deduzida do tempo de Noé, até ElRey seu Pay.*»<sup>18</sup>

Para denunciar genealogias abusivas foram surgindo obras, designadas em Espanha como *libros verdes* ou *tições* que relatavam o que as famílias queriam esconder na sua ascendência, nomeadamente aquilo que se designava como a limpeza de sangue ou bastardias. O investigador João Figueirôa-Rêgo refere a «[...] *feitura e circulação, restrita mas efectiva, de nobiliários negros – Tições – nos quais se expunham as mazelas genealógicas, em especial as originadas por pretensas intrusões de raças, ditas infectas, mas também as mésalliances que ofuscavam o brilho e limpidez das linhagens*»<sup>19</sup>. Destes, o mais famoso seria escrito em 1560 pelo

<sup>16</sup> RÁBADE OBRADÓ, María del Pilar, “La Invención como necesidad, Genealogía y Judeoconversos”, in LADERO QUESADA, Miguel Ángel (coord.), *Estudios de Genealogía, Heráldica y Nobiliaria, anejos de «En la España Medieval»*, Madrid, Universidad Complutense, 2006, p. 186-187.

<sup>17</sup> *Bíblia Sagrada*, Lisboa, Difusora Bíblica, 1992, 1 Cr 1,1-27.

<sup>18</sup> MACHADO, Diogo Barbosa, *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Cronologica*, Lisboa, Officina de Ignacio Rodrigues, 1747, tomo 2, p. 12.

<sup>19</sup> FIGUEIRÔA-RÊGO, João, “A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do Atlântico entre os séculos XVII e XVIII, Alguns aspectos”, in *Actas do Congresso Internacional O Espaço Atlântico de Antigo Regime, poderes e sociedades* [Em linha], Lisboa, Instituto Camões,

cardenal Francisco de Mendoza y Bobadilla sob a designação de *El Tizón de la Nobleza de España*<sup>20</sup>, entregue a Filipe II de Espanha por este prelado de Burgos e que era «[...] *un manuscrito en el cual le mencionaba sobre las máculas en los linajes de las principales Casas de España [...]*»<sup>21</sup>, onde eram referidas várias famílias da corte portuguesa, nomeadamente a origem dos duques de Bragança<sup>22</sup>.

Em Portugal há várias destas obras, embora posteriores ao período analisado, sendo de referir o *Tição Negro de Matheus*, escrito em 1755<sup>23</sup> e um atribuído a D. Manuel de Carvalho e Ataíde, pai do primeiro marquês de Pombal, que sob o pseudónimo de D. Tivisco De Nasao Zarco, Y Colona viria a escrever várias genealogias reunidas sob a epígrafe de *Theatro Genealogico*<sup>24</sup>.

O cultivo da genealogia e da nobiliarquia reflectia-se obviamente na literatura, nomeadamente na produção de trovas heráldico-genealógicas que se escreviam para deleite da nobreza de corte e à qual o próprio Luís Vaz de Camões não viria a escapar. Sobre o canto da Heráldica na poesia veja-se o artigo do conde de São Paio – *As trovas heráldicas na literatura portuguesa / Cancioneiro da Armaria*<sup>25</sup> que refere que o melhor exemplo deste tipo de literatura, coevo do autor da *Comedia sobre a devise*, foi produzido pelo aristocrata João Rodrigues de Sá, senhor de Matosinhos, que era «[...] *um dos principais fidalgos de Portugal, ocupando brilhante lugar na côrte portuguesa, e grande donatário da coroa [...]*»<sup>26</sup>.

2005, p. 8 [Consult. 9 Out. 2015]. Disponível em [http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/joao\\_figueiroa\\_rego.pdf](http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/joao_figueiroa_rego.pdf)

<sup>20</sup> MENDOZA Y BOBADILLA, Cardeal Francisco de, *El Tizón de la Nobleza de España*, México, Frente de Afirmación Hispanista, A.C., 1999 [reed.].

<sup>21</sup> ESCOBAR OLMEDO, Armando Mauricio, “Introdução”, in MENDOZA Y BOBADILLA, Cardeal Francisco de, *El Tizón de la Nobleza de España*, 1560, México, Frente de Afirmación Hispanista, A.C., 1999, p. XXVII.

<sup>22</sup> «(Duques de Berganza) / Los Duques de Berganza proceden de Inés Fernández de Esteves, que fue hija de un zapatero convertido de judío en Portugal, y es práctica muy sabida universalmente, que ésta fue abuela de don Fernando de Portugal y Pereira, segundo Duque de Berganza y siendo así fueron bisnietos de la zapatera conversa, don Dionís y don Álvaro de Portugal». Cit. MENDOZA Y BOBADILLA, Cardeal Francisco de, *El Tizón de la Nobleza de España*, 1560, México, Frente de Afirmación Hispanista, A.C., 1999, p. 15.

<sup>23</sup> Este “tição” surge citado em SOARES, Eduardo Campos de Castro de Azevedo, *Bibliografia Nobiliárquica Portuguesa*, Porto, Fernando Machado, 1947, vol. 5, suplemento 2, p. 119.

<sup>24</sup> COLONA, D. Tivisco de Nasao Zarco y [D. Manuel de Carvalho e Ataíde], *Theatro Genealogico, que contem as arvores de costados das principaes familias do reyno de Portugal, & suas conquistas*, Nápoles, Novelo de Bonis, 1702.

<sup>25</sup> S. PAIO, Conde de (D. António), “As trovas heráldicas na literatura portuguesa / Cancioneiro da Armaria”, in *Elucidario Nobiliarchico, Revista de História e de Arte*, Lisboa, 1929, Janeiro, vol. 2, n.º 1.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 22.

Mais é dito que «[...] quem conhecer a época e o espírito palaciano da nobreza d'então preocupada constantemente, desde o livro velho das linhagens, com a série dos seus avoengos, o lustre da sua casa, o grau da sua fidalguia, poderá avaliar o interesse que deveriam ter causado as trovas de João Rodrigues de Sá. [...] havia-se preocupado quasi apenas com as famílias cujos chefes ou membros brilhavam na corte luzidia do faustoso e literario senhor da Conquista e Comercio da Etiopia»<sup>27</sup>, declarando «[...] alguns escudos darmas dalguas lynhagens de Portugall que sabya donde vinham [...]»<sup>28</sup>.

## II – A corte de D. João III

A corte do rei D. João III era bastante vasta e incluía desde logo os oficiais da sua casa e da casa da rainha. Francisco d'Andrada na crónica que escreveu relativa ao reinado de D. João III dá conta do estabelecimento, por parte de seu pai, D. Manuel I, da casa daquele quando era apenas príncipe real referindo que o rei veio a «[...] ordenarlhe os officiaes que lhe erão necessarios para ella [...]»<sup>29</sup>. Os oficiais nomeados são referidos pelo cronista, verificando-se que algumas das pessoas então nomeadas haviam de acompanhar *O Piedoso* ao longo de toda a sua vida. A título de exemplo citem-se João da Silva, conde de Portalegre que foi na altura nomeado mordomo-mor e, por guarda-mor, Luís da Silveira que viria a ser feito conde de Sortelha, considerado da total confiança do príncipe<sup>30</sup>. Na altura, entre outros oficiais maiores e menores, foram também nomeados Cristóvão de Melo, que era alcaide-mor de Serpa e que recebeu as funções de mestre-sala e o cargo de monteiro-mor foi atribuído Jorge de Melo<sup>31</sup>.

Um grupo muito particular e fulcral da corte era o conselho real, dentro do qual o rei tinha um núcleo mais restrito, o conselho privativo, do qual, apenas um ano depois da representação, faziam parte<sup>32</sup>: o infante D. Luís – irmão do rei, condestável de Portugal, duque de Beja, que viria a ser pai de D. António, prior

<sup>27</sup> O conde de S. Paio refere ainda outros autores, nomeadamente um, um pouco posterior, «D. João Ribeiro Gaio, bispo de Malaca e presidente das Justiças de Goa, de 1581 a 1601, compondo a sua obra “Templo da Honra de Portugal”, que assim parece ter intitulado uma coleção de Coplas ás armas da Nobreza de Portugal». *Ibidem*, p. 23.

<sup>28</sup> *Ibidem*.

<sup>29</sup> ANDRADA, Francisco d', *Crónica do Myrto Alto e Myrto Poderoso Rey destes Reynos de Portugal Dom João o III deste nome*, Lisboa, Jorge Rodrigues, 1613, f. 3v.

<sup>30</sup> *Ibidem*.

<sup>31</sup> *Ibidem*.

<sup>32</sup> BUESCU, Ana Isabel, *D. João III 1502-1557*, Rio de Mouro, Temas e Debates, 2008, p. 241.

do Crato; D. Jaime I – duque de Bragança; D. João de Lencastre – marquês de Torres Novas, que poderia eventualmente estar afastado da corte nesta altura; D. João de Menezes e Vasconcelos – conde de Penela, vedor da fazenda<sup>33</sup>; D. Francisco de Portugal e Castro – conde do Vimioso; D. António de Noronha – conde de Linhares que era filho do 1.º marquês de Vila Real; D. Fernando de Menezes Coutinho e Vasconcelos – bispo de Lamego – que viria mais tarde a ser nomeado arcebispo de Lisboa; Luís da Silveira – 1.º conde de Sortelha, nomeado em 22 de Julho de 1527; Pero Correia – Embaixador e Procurador<sup>34</sup>.

Um cargo particularmente fulcral na corte, normalmente representado no conselho do rei, era o de vedor da fazenda que era o «[...] mandatário do rei no supremo controlo de toda a Fazenda real [...]»<sup>35</sup>, cargo que pelas suas características, o poderiam tornar certamente alvo das ironias vicentinas, já que o vedor era o responsável pelo financiamento dos espectáculos da corte. Dos que foram vedores da fazenda na altura em que a peça foi apresentada haverá que referir: D. Rodrigo Lobo da Silveira, 3.º barão do Alvito, que havia sucedido a seu pai, não se sabendo a data da posse mas em 15 de Setembro de 1527, de acordo com um mandado, estaria já em funções<sup>36</sup>; D. Pedro de Castro, 3.º conde do Monsanto que era alcaide-mor de Lisboa e D. Francisco de Paula de Portugal e Castro, 1.º conde do Vimioso, nomeado para esta função em 28 de Junho de 1516<sup>37</sup>. Por fim, em Coimbra, numa data muito próxima da representação da peça, mais concretamente em 30 de Setembro de 1527, era nomeado como vedor da fazenda o conde de Penela, D. João de Menezes e Vasconcelos<sup>38</sup>.

<sup>33</sup> Foi nomeado em 30 de Setembro de 1527. Cf. CRUZ, Maria Leonor Garcia da, *A Governação de D. João III, A fazenda real e os seus vedores, Dissertação de Doutoramento em Letras, área de História Moderna* [Em linha], Lisboa, Universidade de Lisboa, 1996, vol. 2, pp. 261-262 [Consult. 5 Out. 2015]. Disponível em [http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/585/1/17857\\_mlgc\\_Tese\\_Doutoramento.pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/585/1/17857_mlgc_Tese_Doutoramento.pdf)

<sup>34</sup> O levantamento destes oficiais poderá ser feito a partir dos documentos publicados por António Caetano de Sousa. Cf. SOUSA, António Caetano de, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, Lisboa, Officina Sylviana, 1742. Cite-se a título de exemplo a *Carta de Vedor da Fazenda ao Conde de Penella, D. João de Menezes e Vasconcellos*, Coimbra, 1527, 30 Setembro (Cf. *idem*, tomo 2, livro 4, p. 759). Poderá ser também feito na documentação existente no Arquivo Nacional Torre do Tombo, nomeadamente na *Chancelaria Régia* e no *Corpo Cronológico*.

<sup>35</sup> CRUZ, Maria Leonor Garcia da, ob. cit., vol. 1, p. 103.

<sup>36</sup> “Mandado de D. Rodrigo Lobo vedor da fazenda para o almoxarife de Cabo Verde pagar aos herdeiros de Leonis Correia corregedor na dita ilha o ordenado que se lhe devesse”, 1527, 15, Setembro, ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 144, n.º 102.

<sup>37</sup> CRUZ, Maria Leonor Garcia da, ob. cit., vol. 1, pp. 15 e 38.

<sup>38</sup> A nomeação deste vedor está publicada em CRUZ, Maria Leonor Garcia da, ob. cit., vol. 2, 261-262.

Um documento, datado de 11 de Agosto de 1535, assinado por D. Rodrigo Lobo, publicado por Brito Rebelo, prova que o dramaturgo contactaria com este vedor da fazenda, ao referir que o rei mandava ao tesoureiro do tesouro de sua casa que desse «[...] a Gill Viçemte oyo mill reaes que lhe mando dar e o dito ano de mim hadaver de sua vestiaria, e per este com seu conhecimento vos seram leuados em conta el Rey o mandou per dom Rodrigo Lobo do seu comselho e veador de sua ffazenda [...]»<sup>39</sup>.

Os outros titulares iriam ou não frequentando a corte, consoante estivessem ou não no reino, já que uma parte significativa da nobreza guerreira estaria em missão nas terras “d’Além Mar”, ou estivessem ou não a gozar dos favores reais, sendo disso exemplar o caso de D. Miguel da Silva, que havia desempenhado as importantes funções de escrivão da puridade e que era bispo de Viseu<sup>40</sup> que veio a ter que se refugiar em Roma, não obstante ser irmão de D. João da Silva, o influente 2.º conde de Portalegre; do já referido marquês de Torres Novas preso por sete anos, mas que depois viria a ser recompensado com o título de duque de Aveiro; do próprio Duarte Pacheco Pereira, caído em desgraça e trazido para Portugal a ferros para depois, mais tarde, ser reabilitado<sup>41</sup>.

Perto do rei mover-se-iam ainda os inúmeros oficiais civis e militares da Casa Real, com cargos de variada relevância que iam do mais importante, o mordomo-mor, cargo ocupado na altura da representação da peça por D. João da Silva, conde de Portalegre, que desempenhava estas funções desde 1522<sup>42</sup>, ao Uchão do rei, Fernão de Aguiar<sup>43</sup> que tinha meramente por função fazer chegar os pratos ao trinchante e ordenar a guarda da caça na real ucharia.

Citem-se obrigatoriamente os oficiais da casa da rainha, nomeadamente o seu mordomo-mor, o seu vedor da fazenda e outros, sendo de referir que o rei

<sup>39</sup> REBELO, J. I. de Brito, *Gil Vicente*, (1470 (?)-1540 (?), Lisboa, Livraria Ferin, Editora, 1912, p. 11.

<sup>40</sup> BUESCU, Ana Isabel, “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, novas razões para um ódio velho”, in *Revista de História da Sociedade e da Cultura* [Em linha], Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2010, n.º 10, tomo 1, p. 158 [Consult. 10 Out. 2015]. Disponível em <http://run.unl.pt/bitstream/10362/11238/1/06%20-%20Ana%20Isabel%20Buescu.pdf>

<sup>41</sup> CARVALHO, Joaquim Barradas de, s.v. “PEREIRA, Duarte Pacheco”, in SERRÃO, Joel, *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, vol. 5, p. 53.

<sup>42</sup> BUESCU, Ana Isabel, “D. João III e D. Miguel da Silva, bispo de Viseu, novas razões para um ódio velho”, ob. cit., n.º 10, tomo 1, 162.

<sup>43</sup> “Conhecimento em que se declara que Fernão de Aguiar, uchão do rei D. João III, recebeu do almoxarife de Lamego, Simão Figueiredo, as coisas no mesmo declaradas”, 1523, 15, Maio, ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 108, n.º 14.

também fazia questão de distinguir alguns dos seus súbditos com cargos nas casas dos infantes, designando nomeadamente mordomos-mores para todos estes.

Refira-se, por fim, uma miríade de pessoas ligadas à corte, com maior ou menor notoriedade e onde se pode incluir o próprio Gil Vicente.

Como se verificou pelos nomes citados, os cargos mais relevantes evidenciam as muito estreitas ligações entre as principais famílias da nobreza e a família real. Há uma intrincada rede de relações familiares nesta altura. Cite-se, por exemplo, o caso de D. Luís da Silveira, 1.º conde de Sortelha, guarda-mor de D. João III e cunhado do vedor Nuno da Cunha já que era casado com uma sua irmã<sup>44</sup>. Ainda sobre as ligações familiares dos detentores de ofícios na corte veja-se a teia que o 3.º barão de Alvito, D. Rodrigo Lobo estabelece quando «Casou com Dona Guiomar de Castro, filha de João da Sylva, Senhor de Vagos, Regedor de Justiças, e de sua mulher Dona Joana de Castro, filha de Dom Diogo Pereira, II. Conde da Feira [...]»<sup>45</sup>. Paralelamente D. Pedro de Castro, 3.º conde do Monsanto, foi casado com D. Joana de Meneses, neta do Conde de Viana e, posteriormente, em segundas núpcias, com D. Inês da Silva y Ayala, irmã do mordomo-mor, D. João da Silva<sup>46</sup>.

Agora compare-se os apelidos referidos com as linhagens que aparecem citadas por Gil Vicente e resulta óbvio que não se trata de qualquer coincidência, mas que o dramaturgo claramente criou as personagens de acordo com os presentes no espectáculo.

Considerar-se com um elevado grau de certeza que Gil Vicente estabeleceu, com a organização e com o próprio discurso das damas da princesa Colimena, um claro paralelismo com a corte portuguesa.

### III – Das personagens da corte portuguesa no teatro vicentino

Personalidades da corte surgem várias vezes directamente citadas em peças de Gil Vicente, particularmente em três destas: em 1512 na farsa *O Velho da Horta*, onde na ladainha da Alcoviteira são chamados os membros da assistência,

<sup>44</sup> CRUZ, Maria Leonor Garcia da, ob. cit., vol. 1, p. 36.

<sup>45</sup> SOUSA, António Caetano de, *Memórias históricas, e Genealógicas dos Grandes de Portugal, que contém a origem, e antiguidade de suas Famílias, os Estados, e os Nomes dos que actualmente vivem, suas Arvores de Costado, as alianças das Casas, e os Escudos de Armas, que lhes competem, até ao anno de 1754*, Lisboa, Officina Sylviana, 1755, p. 443.

<sup>46</sup> VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares, Relações sociais e de Poder (Séculos XIV a XVI)*, *Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2008.

ou figuras relevantes e reconhecidas na época pelos presentes, invocando primeiro os homens como se de santos se tratassem, começando pelo fidalgo castelhano Juan Ramirez Arelhano, designado como santo Arelhano e terminando com o “santo barão d’Alvito”, sendo depois invocadas as damas da assistência: a começar por “santa dona Maria Anriques” e concluindo por “santa dona Ana sem par d’Eça” certamente damas da rainha D. Maria, tendo estas figuras sido comentadas por Laura Bacelar em *O Velho da Horta e Auto da Barca do Inferno*<sup>47</sup>; membros da corte são também abundantemente citados na peça *Cortes de Júpiter*, datada de 1521 e no mesmo ano da *Comédia*, em 1527, na *Nau d’Amores*.

Em 1521 em *Cortes de Júpiter*<sup>48</sup>, perante o rei D. Manuel I e representada por ocasião da partida da infanta D. Beatriz para junto do seu marido, o duque Carlos III de Sabóia, Gil Vicente nomeia os mais importantes membros da audiência, ao estabelecer o cortejo que acompanharia a princesa e a forma como haviam de ir mascarados os cortesãos:

Cita todos os filhos vivos de D. Manuel I: o futuro D. João III – «o príncipe nosso senhor / irá em quatro rocins»<sup>49</sup>; o duque de Beja – «[...] ifante / dom Luís [...] em cirnes alvos sobido»<sup>50</sup>; o cardeal D. Afonso – «O precioso cardeal / irá sobre homens marinhos»<sup>51</sup>; o duque da Guarda – «Dom Fernando ifante belo [...] irá posto em um castelo»<sup>52</sup>; o futuro cardeal e rei de Portugal D. Henrique, então com dez anos – «o ifante dom Anrique / irá em cama d’arminhos»<sup>53</sup>; a futura mulher do imperador Carlos V – «ifante dona Isabel / irá como superiora»<sup>54</sup>; a infanta D. Maria que havia nascido nesse mesmo ano – «Madama dona Maria / irá sobre querubins»<sup>55</sup>.

Os infantes são intercalados com algumas das figuras da corte: «Jorge de Vasco Goncelos / num esquife de cortiça»<sup>56</sup>, eventualmente Jorge de Vasconcelos «[...] também chamado Jorge de Vasco Goncelos, insignificante trovador do Cancio-

neiro de Resende, frequentador da corte de D. Manuel em 1498 [...]»<sup>57</sup>, embora tivesse capacidade para ter escravos como o prova uma *Provisão para o almoxarife dos escravos que vêm da Guiné dar a Jorge de Vasconcelos um escravo de preço de 10.000 réis*<sup>58</sup>; «em figura de balea? / Gil Vaz da Cunha. [...] D. Isabel sua mulher / faremos raia [...]»<sup>59</sup>, trata-se de um fidalgo da casa del-rei e membro do seu Conselho; o mestre da capela do cardeal<sup>60</sup> «[...] Pero do Porto / em figura de safio»<sup>61</sup>; o poeta «[...] Garcia de Resende / feito peixe tamboril»<sup>62</sup>; o capitão-mor «[...] João de Saldanha [...] feito arenque d’Alemanha»<sup>63</sup>; o importante prior do Hospital e do Conselho do Rei «Diogo Fernandes [de Almeida] irá / porque é comendador / em um peixe [...]»<sup>64</sup>; «Tristão da Cunha [que foi vice-rei e governador da Índia Portuguesa e do conselho do rei] irá / em congro da Pederneira»<sup>65</sup>; Francisco Homem<sup>66</sup> «[...] o estribeiro mor / convertido em peixe um»<sup>67</sup>; por fim «O conselho que há mister / em que figura irão / diga aqui seu parecer / cada um como entender»<sup>68</sup>.

<sup>47</sup> VICENTE, Gil, *O Velho da Horta e Auto da Barca do Inferno, Texto integral com comentários*, São Paulo, Editora DCL – Difusão Cultural do Livro, 2013.

<sup>48</sup> VICENTE, Gil, *Cortes de Júpiter*, 1521, in José Camões (Org.), [Em linha] *CETbase, Teatro em Portugal / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 2002, [Consult. 24 Out. 2015]. Disponível em [http://www3.fl.ul.pt/centros\\_invst/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos\\_GV/Cortes%20de%20Jupiter.pdf](http://www3.fl.ul.pt/centros_invst/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos_GV/Cortes%20de%20Jupiter.pdf)

<sup>49</sup> *Ibidem*, vv. 272-273.

<sup>50</sup> *Ibidem*, vv. 292-296.

<sup>51</sup> *Ibidem*, vv. 302-303.

<sup>52</sup> *Ibidem*, vv. 307-309.

<sup>53</sup> *Ibidem*, vv. 318-319.

<sup>54</sup> *Ibidem*, vv. 328-329.

<sup>55</sup> *Ibidem*, vv. 342-343.

<sup>56</sup> *Ibidem*, vv. 232-233.

<sup>57</sup> PEREIRA, Silvina Martins Pereira, *Tras a nevoa vem o sol, As comédias de Jorge Ferreira de Vasconcelos, Doutoramento em Estudos Artísticos / Estudos de Teatro* [Em linha], Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, p. 22 [Consult. 29 Out. 2015]. Disponível em [https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDkQFjAFahUKewjgpPq7eFlAhWHWx4KHVHMAyo&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ul.pt%2Fbitstream%2F10451%2F6274%2F1%2Fulsd65248\\_td\\_Silvina\\_Pereira.pdf&usq=AFQjCNE3qmPrV5GH9pb1E4g-c-8ejsbOw&sig2=IbiR8DFLELMTYFFZwwelqw&cbvm=bv.106130839,d.d2s](https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=6&cad=rja&uact=8&ved=0CDkQFjAFahUKewjgpPq7eFlAhWHWx4KHVHMAyo&url=http%3A%2F%2Frepositorio.ul.pt%2Fbitstream%2F10451%2F6274%2F1%2Fulsd65248_td_Silvina_Pereira.pdf&usq=AFQjCNE3qmPrV5GH9pb1E4g-c-8ejsbOw&sig2=IbiR8DFLELMTYFFZwwelqw&cbvm=bv.106130839,d.d2s)

<sup>58</sup> “Provisão para o almoxarife dos escravos que vêm da Guiné dar a Jorge de Vasconcelos um escravo de preço de 10.000 réis”. 1514, 25, Abril, ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 46, n.º 117.

<sup>59</sup> VICENTE, Gil, *Cortes de Júpiter* [Em linha], ob. cit., vv. 238-243.

<sup>60</sup> “A Pero do Porto, Mestre da Capela do Cardeal, Mercê dos Ofícios de Escrivão dos Agravos e Desembargo do Paço como o era Fernão Rodrigues, Cantor Real, que por seu falecimento ficaram vagos, a qual mercê é feita por um Alvará feito em Lisboa a 4 de Fevereiro de 1521”, 1521, 4, Março, ANTT, *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 10v.

<sup>61</sup> VICENTE, Gil, *Cortes de Júpiter* [Em linha], ob. cit., vv. 257-258.

<sup>62</sup> *Ibidem*, vv. 287-288.

<sup>63</sup> *Ibidem*, vv. 297-299.

<sup>64</sup> *Ibidem*, vv. 312-314.

<sup>65</sup> *Ibidem*, vv. 323-324.

<sup>66</sup> “Recibo de como Francisco Homem, Estribeiro-mor de D. Manuel I, recebeu de Rui Leite, Recebedor do Tesouro, 2 selas givetas cor de tâmara”. 1515, 10, Janeiro, ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, Maço 54, n.º 55.

<sup>67</sup> VICENTE, Gil, *Cortes de Júpiter* [Em linha], ob. cit., vv. 337-338.

<sup>68</sup> *Ibidem*, vv. 357-360.

Na peça *Nau de Amores*<sup>69</sup>, datada de 1527<sup>70</sup>, são também chamadas à colação várias figuras da corte: «*sam assi sem ventura / como Manoel de Melo*»<sup>71</sup>, provavelmente o capitão da Índia com este nome; «*Simão de Sousa do Sem / que a todas mostra dores*»<sup>72</sup>, trata-se de um comendador da Ordem de Cristo, filho de António do Sem e de D. Filipa de Sousa, parente do governador da Índia Diogo Lopes de Sequeira<sup>73</sup>; «*Sabeis quem é dessa clima / desses de vós e de mi? [...] Dom Fernando de Lima*»<sup>74</sup>, certamente D. Fernando de Lima Pereira, senhor de Castro d'Aire «*hum dos mais válidos delRey d. João III, e Capitaõ de Ormuz, onde morreo [...]*»<sup>75</sup>; um fidalgo da casa do rei e seu pajem<sup>76</sup> «*Fernão Soares também / irmão do porteiro mor*»<sup>77</sup>; «*Dom Jorge fora ditoso / mas casou-se temporão*»<sup>78</sup>, é pouco provável que se referisse a D. Jorge de Lancastre, o filho bastardo de D. João II que foi o segundo duque de Coimbra e teve os muito relevantes cargos de grão-almirante de Portugal e de mestre da Ordem de Santiago, que havia nascido no já remoto ano de 1489, pelo que mais provavelmente a referência era a Jorge de Melo monteiro-mor do rei que havia casado com D. Margarida de Mendonça; D. João Coutinho que foi capitão de Arzila, «*[...] conde do Redondo assi / se nam fora tam casado / fora o mais santo alfaqui*»<sup>79</sup>; «*Olhai cá Simão Galego / amassai o rei d'espadas*»<sup>80</sup>, trata-se de um capitão, citado por Fernão Mendes Pinto na sua obra

<sup>69</sup> Veja-se a este respeito a obra de NUNES, Teresa Castro, *Nau*, Lisboa, Quimera, 1988.

<sup>70</sup> VICENTE, Gil, *Nau de Amores, 1527 in CAMÕES, José (Org.), [Em linha], CETbase: Teatro em Portugal / Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 2002, [Consult. 10 Set. 2015]. Disponível em [http://www3.fl.ul.pt/centros\\_invt/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos\\_GV/nau\\_damores.pdf](http://www3.fl.ul.pt/centros_invt/teatro/pagina/Publicacoes/Pecas/Textos_GV/nau_damores.pdf)

<sup>71</sup> *Ibidem*, vv. 709-710.

<sup>72</sup> *Ibidem*, vv. 715-716.

<sup>73</sup> “Diogo Lopes de Sequeira” in *Genealogias dos Vice-Reis e Governadores do Estado Português da Índia no século XVI* [Em linha], Lisboa, Centro de História de Além-Mar FCSH-UNL, 2004 [Consult. 29 Out. 2015]. Disponível em <http://www.cham.fch.unl.pt/ext/GEN/P%E1ginas/Sequeira.htm>

<sup>74</sup> VICENTE, Gil, *Nau de Amores*, ob. cit. vv. 717-720.

<sup>75</sup> SOUSA, António Caetano de, *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, ob. cit. tomo 12, parte 2, livro 14, 809.

<sup>76</sup> A sua lápide proveniente do Mosteiro de Nossa Senhora da Serra de Almeirim está presentemente em exposição no Museu Municipal de Almeirim e ostenta a seguinte inscrição: «*SEPVLTVRA DE FERNÃO SOARES FIDALGO DA CASA DEL REI DO JOAO TERCEIRO DESTE NOME E SEU PAJE DO LIVRO FALECEO AOS XXII DIAS DO MÊS DE JVNHO NA ERA DE 1544 ANOS*».

<sup>77</sup> VICENTE, Gil, *Nau de Amores*, ob. cit., vv. 723-724.

<sup>78</sup> *Ibidem*, vv. 733-734.

<sup>79</sup> *Ibidem*, vv. 738-740.

<sup>80</sup> *Ibidem*, vv. 743-744.

*Peregrinação*<sup>81</sup>; e ainda «*Dom Francisco Lobo diz / nam sei, esta seri'ela*»<sup>82</sup> provavelmente o irmão do barão do Alvito e sucessor de «*[...] D. Aleixo de Menezes na Embaixada de Castella [...]*»<sup>83</sup>, talvez o que viria a embarcar para a Índia na Armada que levava o vice-rei D. Constantino de Bragança<sup>84</sup>.

#### IV – Algumas das mais importantes linhagens portuguesas segundo Gil Vicente

Perante o que foi dito anteriormente compreende-se a razão de ser do final da *Devisa*, quando o narrador, descrito como o “Peregrino do Argumento” pede aos diferentes intervenientes na peça que se expressem e digam a forma como estão na origem de várias vilas, cidades e linhagens e a qualidade dos membros das famílias a que deram origem: «*Senhoras donzelas por vossas nobrezas / que úa e úa declareis a nós / as antiguidades de quem fostes vós*»<sup>85</sup>, aquilo que Aníbal Pinto de Castro designa como uma «*[...] eufórica, ainda que parodística, laudatio aos próceres da nobreza lusitana!*»<sup>86</sup>.

As “donzelas” tomam então a palavra para avançar com várias explicações, nomeadamente em termos genealógicos com propostas de origem de linhagens, relativamente às personagens Colimena, Belicasta, Selivenda, Sossidéria, Perigéria, Melidónio; propostas de origem geográfica e hidronímica e até uma proposta de origem do nome de um animal: Liberata que daria Lebre.

#### Castros

Belicasta que se expressa em português e que é uma das damas da princesa Colimena. Foi feita cativa, num castelo, pelo gigante Monderigon e é irmã de Perigéria, Selivenda e Sossidéria, «*todas de muy noble casta*»<sup>87</sup>. No final da peça entra em cena com Colimena, em conjunto com as suas irmãs e irmãos, e será

<sup>81</sup> PINTO, Fernão Mendes, *Peregrinação*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1829, tomo 3, p. 296.

<sup>82</sup> VICENTE, Gil, *Nau de Amores*, ob. cit. vv. 766-767.

<sup>83</sup> CASTRO, Damião António de Lemos Faria e, *Historia Geral de Portugal e suas Conquistas*, Lisboa, Typographia Rollandiana, 1789, tomo 13, p. 157.

<sup>84</sup> COUTO, Diogo do, *Decada Setima da Asia, Dos feitos que os portugueses fizeraõ no descobrimento dos mares, & conquista das terras do Oriente*, Lisboa, Pedro Craesbeeck, 1616, livro 6, p. 101v.

<sup>85</sup> VICENTE, Gil, *Comedia sobre a devisa da Cidade de Coimbra*, ob. cit., vv. 778-780.

<sup>86</sup> CASTRO, Aníbal Pinto de, “A Comédia sobre a divisa da cidade de Coimbra, Um laboratório da dramaturgia vicentina”, in ASSUNÇÃO, Ana Rosa et al. (coord.), *Ensaio Vicentinos > Gil Vicente > A Escola da Noite*, Coimbra, A Escola da Noite, 2003, p. 50.

<sup>87</sup> VICENTE, Gil, *Comedia sobre a devisa da Cidade de Coimbra*, ob. cit. v. 360.

a primeira das donzelas a falar. Afirma que foi a edificadora da vila do Crato, cujo nome original, depois corrompido, seria Crasto, que recebeu o nome da sua fundadora, dela procedendo também todos os “Crastos” ou Castros, ou seja, a personagem afirma-se como o tronco da linhagem dos Castro: «*Todos os Crastos procedem de mi [...]*»<sup>88</sup>.

A partir do nome Belicrastra, sem qualquer fundamento, Gil Vicente estabelece uma relação tão fantasiosa quanto caricata com a fundação da vila do Crato e com a linhagem dos Castros, o que é feito de forma indubitavelmente imaginativa e sem qualquer fundamento histórico. Esta relação entre a fundação da vila do Crato e a linhagem dos Castros é totalmente absurda, até porque, segundo Afonso Martins Zúquete no *Armorial Lusitano*, foi a família Crato que retirou o seu nome desta vila<sup>89</sup>, não se estabelecendo qualquer ligação aos Castros cuja origem se reputa em Castela<sup>90</sup>.

Haverá, no entanto, que afirmar que, quer no período em que a *Comedia* foi representada, quer até anteriormente, havia efectivamente a dupla grafia deste apelido sem remeter para linhagens diversas, sendo, a título de exemplo, o próprio irmão de Inês de Castro designado por mais que uma vez como “Alvaro Perez de Crasto”<sup>91</sup>.

Registe-se a propósito desta fala de Belicrastra, onde são enunciadas as qualidades das mulheres da família Castro, que Gil Vicente nos dá uma informação muito curiosa quando afirma que: «*As mulheres de Crasto são de pouca fala / fermosas e firmes como sabereis / pola triste morte de dona Inês / a qual de constante morreu nesta sala*»<sup>92</sup>.

Neste caso o texto não se preocupa em estabelecer qualquer diferença entre os Castros portugueses, ditos de treze, pelo número de arruelas que entram na composição do seu escudo de armas (de ouro treze arruelas de azul), com os da Galiza ou os que aí têm origem, os de Inês de Castro, cujo brasão apenas apresenta seis arruelas (de prata, seis arruelas de azul), conforme se aferir no túmulo daquela rainha localizado no mosteiro de Alcobaça e que surge também represen-

<sup>88</sup> *Idem*, v. 786.

<sup>89</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (dir e coord.), *Armorial Lusitano*, Lisboa, Representações Zairol, 1987 [reed.], p. 186.

<sup>90</sup> *Ibidem*, p. 152.

<sup>91</sup> «É inegável que as formas Castro e Crasto [...] eram simultaneamente usadas amiudadas vezes, ainda em pleno séc. XVI, sem com isso se pretender insinuar ascendência genealógica diversa». Cit. MONTEIRO, Fernando Moreira de Sá, “Castros e Sousas, Senhores de Parderrubias, da honra de Remoães e morgados do Peso”, in *Boletim de Trabalhos Históricos*, Guimarães, Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, 1988, vol. 39, pp. 165-166.

<sup>92</sup> VICENTE, Gil, *Comedia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit., vv. 790-793.

tado no *Livro do Armeiro-Mor* enquanto armas do conde de Monsanto<sup>93</sup>. Este, Pedro de Castro, 3.º conde de Monsanto, como se viu anteriormente, era veador da fazenda e estaria provavelmente presente no momento da representação.

### Silvas

Selivenda que se expressa em português, é outra das damas da princesa Colimena. Quando convocada a falar pelo Peregrino: «*Sai a terreiro senhora Selivenda / vós que nacestes com favor dos pólos*»<sup>94</sup>, declara: «*Daqui procederam Silvas e Silveiras / desta Selivenda que vedes aqui*»<sup>95</sup>. Tal não tem qualquer relação com a realidade e é um claro exemplo de uma efabulação genealógica vicentina destinada a divertir a audiência, sobretudo pelo facto de o cargo mais importante da corte estar exactamente entregue a uma importante linhagem Silva<sup>96</sup>. Efectivamente, acompanhando o rei e presente na sala a assistir ao espectáculo estaria certamente o poderoso mordomo-mor do rei, D. João da Silva, 2.º conde de Portalegre.

A relação que Gil Vicente estabelece com as linhagens dos Silvas é assim tão fantasiosa quanto caricata. Da família Silva diz-se que entronca nos reis de Leão e que terá origem numa torre com aquela designação existente na aldeia de Alderete na dependência de Vieira do Minho<sup>97</sup>.

### Silveiras

A família Silveira, também putativamente originada em Selivenda, tem raízes não totalmente esclarecidas, atribuindo-lhe os nobiliários origens diversas, considerando uns que o primeiro desta linhagem teria sido Gonçalo Vasques Silveira, que viveu no tempo do rei D. Fernando I e que era o senhor da herdade e defesa da Silveira, no Redondo<sup>98</sup>. Outros dizem que o primeiro terá sido Fernando Afonso da Silveira que exerceu as funções de embaixador em Castela no reinado de D. João I, o primeiro deste apelido<sup>99</sup>. Assim, considera-se que não há qualquer fonte histórica que comprove esta matriz mítica vicentina pelo que

<sup>93</sup> CRÓ, João do, *Livro do Armeiro-Mor*, ANTT, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, liv. 19, 1509, f. 49.

<sup>94</sup> VICENTE, Gil, *Comedia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit., vv. 794-795.

<sup>95</sup> *Ibidem*, vv. 798-799.

<sup>96</sup> MORAIS-ALEXANDRE, Paulo, s.v. “Selivenda”, in PALLA, Maria José (coord. e org.), *Dicionário das Personagens do Teatro de Gil Vicente*, Lisboa, Chiado Editora, 2014, p. 417-419.

<sup>97</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, ob. cit., p. 502.

<sup>98</sup> *Ibidem*, p. 503.

<sup>99</sup> *Ibidem*, p. 502.

se pode concluir que se trata de um mero exercício fantasioso do autor que não realizou qualquer investigação ou se baseou sequer em qualquer origem mítica divulgada na época.

Considera-se que a razão da referência à família Silveira na peça será certamente devida à presença entre a audiência de um membro desta família, um importante membro da hierarquia da Corte Portuguesa, o vedor da Fazenda D. Rodrigo Lobo da Silveira, terceiro titular do primeiro baronato português, o do Alvito. Dele se preservam algumas histórias sendo que uma, que prova antes de mais a proximidade com o rei D. João III, narrada por autor anónimo em *Ditos portugueses dignos de memória: História íntima do século XVI* é bem elucidativa:

«El-rei mandou ao barão que fosse da sua parte visitar ao imperador Carlos Quinto, seu cunhado, que chegara de Itália a Espanha. E o barão entrando já por Castela com dezoito homens de cavalo com que corria à posta, perguntou-lhe um castelhano, vendo-o tão bem acompanhado, se ia tomar Castela. E o barão respondeu-lhe:

— Se eu viera a isso, trouxera menos portugueses»<sup>100</sup>.

Este episódio anedótico mostra uma pessoa plena de jactância, pelo que se acredita que uma tal figura, verdadeiro ferrabrás que não tinha medo de recorrer a fanfarronadas, se prestaria certamente à ironia vicentina, para gáudio da restante corte. Paralelamente, pode-se aventar como hipótese da razão desta figura da corte se ter tornado alvo do dramaturgo se dever às funções que desempenhava, as de vedor da Fazenda, o que obrigaria Gil Vicente a com ele lidar e, eventualmente a conflitar, já que seria este que lhe garantiria o financiamento para as suas encenações e espectáculos régios.

### Sousas

Sossidéria expressa-se em português. É mais uma das damas da princesa Colimena, a sua fala é espoletada pelo narrador<sup>101</sup>, que lhe diz: «*Sus vós Sossidéria onde repousa / o canto da anteguidade romana*»<sup>102</sup>. Afirma ser a edificadora da vila de Arrifana e o tronco dos Sousas: «*Eu edifiquei a vila da Arrifana / e de mim*

<sup>100</sup> Anónimo, *Ditos portugueses dignos de memória, História íntima do século XVI*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1980, pp. 134-135.

<sup>101</sup> MORAIS-ALEXANDRE, Paulo, s.v. "Sossidéria", in PALLA, Maria José (coord. e org.), ob. cit., pp. 437-439.

<sup>102</sup> VICENTE, Gil, *Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit., vv. 810-811.

*procedem todos os de Sousa. / Os Sousas que o são, digo eu porém / porém os de Sousa que bem Sousas são*»<sup>103</sup>.

A relação entre geografia e origem genealógica de uma linhagem que é aventada por esta personagem, ao contrário do que sucede com outras do mesmo texto, pode ser encontrada, embora com alguma imprecisão. O autor referia-se à localidade designada por Arrifana de Sousa, com foral manuelino datado de 1517, ou seja, poucos anos antes da criação desta comédia e que no século XVIII mudaria para a designação actual de Penafiel. É de realçar que a família de que Sossidéria se considera ser o tronco tem efectivamente origem geográfica e esta situa-se nesta mesma região.

Trata-se de uma das mais antigas e nobres famílias de Portugal, anterior à nacionalidade que provirá dos reis Godos<sup>104</sup>, cujo membro mais antigo registado a usar este apelido terá sido D. Egas Gomes de Sousa, nascido em 1035, senhor das Terras de Sousa, de onde o tomou<sup>105</sup>. Assim, considera-se que, no caso desta personagem da *Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, há, ao contrário do que sucede com outras, nomeadamente com a irmã Perigéria, uma fonte histórica que comprova a matriz vicentina de relação entre geografia e linhagem.

Como se viu anteriormente, nesse mesmo ano, aquando da representação da peça *Nau de Amores*, Gil Vicente cita a presença do comendador Simão de Sousa do Sem, pelo que se admite que este cortesão continuasse a acompanhar a corte e como tal voltasse a ser referenciado, mas desta feita de forma indirecta.

### Pereiras

Perigéria expressa-se em português é a última das damas da princesa Colimena a falar, também a pedido do narrador, que a exorta da seguinte forma: «*Vós Perigéria em todas maneiras / disse o antigo de vossa nação*»<sup>106</sup>. Assume, então, esta personagem a fundação das cidades do Alegrete e de Monção e afirma ter nela origem a família Pereira: «*e de mim procedem todos os Pereiras*»<sup>107</sup>.

Analisando a afirmação genealógica verifica-se em primeiro lugar que há várias famílias com este apelido e que estas têm não só origens diversas como raízes não totalmente esclarecidas. Afonso Zúquete no *Armorial Lusitano*, na entrada "Pereira", considera que terá origem em D. Mendo, irmão do último rei dos Lombardos, Desidério e mais afiança que se trata de um apelido com origem

<sup>103</sup> *Ibidem*, vv. 812-815.

<sup>104</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, ob. cit., p. 510.

<sup>105</sup> *Ibidem*.

<sup>106</sup> VICENTE, Gil, *Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit., vv. 826-827.

<sup>107</sup> *Ibidem*, v. 829.

toponímica derivada de uma quinta que tinha este nome, situada junto ao rio Ave, e que terá sido tomado por D. Rui Gonçalves de Pereira<sup>108</sup>.

Desta linhagem sairiam várias linhas, uma das quais daria origem aos condes da Feira e outra ao condestável D. Nuno Álvares Pereira. Gil Vicente não faz referência a tais ilustres varonias, o que, aliás, seria muito fácil já que, por exemplo e no que à primeira diz respeito, D. Manuel I havia criado este condado poucos anos antes da representação desta peça, a 2 de Janeiro de 1515, sendo o primeiro conde D. Diogo Pereira, que já era alcaide-mor da Vila da Feira. De igual forma, não conseguiu estabelecer qualquer ligação verídica entre as referidas vilas e qualquer ramo dos Pereiras, pelo que se considera que não há qualquer fonte histórica que comprove esta matriz mítica vicentina pelo que se pode concluir que se trata de um mero exercício fantasioso do autor que não realizou qualquer investigação ou se baseou sequer em qualquer origem mítica divulgada na época.

Ainda sobre a família Pereira veja-se a designada *Genealogia de D. Manuel Pereira, 3.º Conde da Feira*, datada de 1534, com armas iluminadas pelo passavante João Menelau e feita por solicitação deste titular para evidenciar as estreitas ligações que a sua família tinha com a família real de Portugal<sup>109</sup>.

## Melos

A personagem Melidónio expressa-se em castelhano e em português. É filho do Ermitão, o rei Ceridón de Córdova e Andaluzia, foi feito cativo pelo gigante Monderigón<sup>110</sup> e é descrito como estando «*muito desafigurado, coberto de cabelo e com ùa braga de ferro*»<sup>111</sup>. Fala em quinto lugar e assume então a fundação da vila da Lousã e afirma que em si tem origem a verdadeira família Mello especificando mesmo que fala «*[...] nos finos e nam contrafeitos*»<sup>112</sup>, elencando depois as qualidades dos membros desta estirpe.

O que afirma não tem qualquer justificação, nem fundamento, até porque não há qualquer relação entre esta família com a citada vila da Lousã, uma vez que a origem geográfica desta linhagem surge normalmente associada à região de Riba de Vizela<sup>113</sup>. Assim, não se conseguiu estabelecer qualquer ligação verídica

<sup>108</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, ob. cit., p. 428.

<sup>109</sup> HOLANDA, António de; MENELAU, João, *Genealogia de D. Manuel Pereira, 3.º Conde da Feira, 1534*, ANTT, *Genealogias Manuscritas* n.º 106.

<sup>110</sup> MORAIS-ALEXANDRE, Paulo, s.v. “Melidónio”, in PALLA, Maria José (coord. e org.), ob. cit., Lisboa, Chiado Editora, 2014, pp. 322-323.

<sup>111</sup> VICENTE, Gil, *Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit, didascália.

<sup>112</sup> *Ibidem*, v. 849.

<sup>113</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, ob. cit., p. 354.

entre a referida vila e qualquer ramo dos Melos, pelo que se considera que não há qualquer fonte histórica que comprove esta matriz mítica vicentina, o que leva a concluir que se trata de um mero exercício fantasioso do autor que não realizou qualquer investigação ou se baseou sequer em qualquer origem mítica divulgada na época.

A indicação que existiriam Melos “contrafeitos” é muito curiosa e dá a entender a existência no mundo da corte portuguesa de uma polémica importante e que Gil Vicente aproveita para a sua comédia, não se coibindo de lançar a polémica questão da falsificação das linhagens ou genealogias.

Numa época onde a evidenciar da linhagem impera e onde a importância social e o lugar na corte derivam exactamente da genealogia do indivíduo, num tempo em que os livros de linhagem são referências fulcrais, as genealogias foram obviamente cultivadas e eventualmente falsificadas. Uma boa referência genealógica será a já citada obra escrita na primeira metade do século XIV, *Livro de Linhagens do Conde de Barcelos*, da autoria de D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis<sup>114</sup>.

## Meneses

Última a falar será Colimena<sup>115</sup> que afirma ter nela origem a família Menezes: «*E de Colimena vem os Meneses / que foram e são mui claros barões*»<sup>116</sup>.

Segundo Afonso Zúquete a linhagem dos Meneses remonta a Ordonho de Leão, sendo o apelido tomado de uma terra com este nome por D. Telo Peres de Meneses<sup>117</sup> depois passando ao reino de Portugal onde continuaram o apelido. A pesquisa revela que há vários títulos associados à família Meneses, nomeadamente o de marquês de Vila Real, o de conde de Alcoutim, o de conde de Valença, o de conde de Tarouca, sendo que este título foi pela primeira vez atribuído por D. Manuel I a D. João de Meneses, ou seja, poucos anos antes da representação da peça em apreço, entre vários outros, mas nenhum relacionado com a cidade de Coimbra.

Registe-se assim que uma das mais importantes e prestigiadas personalidades da corte seria D. Pedro de Meneses, 3.º marquês e 5.º conde de Vila Real, 2.º Conde de Alcoutim e 3.º conde de Valença, que havia sido governador de

<sup>114</sup> BARCELOS, D. Pedro, 3.º Conde de, ob. cit.

<sup>115</sup> MORAIS-ALEXANDRE, Paulo, s.v. “Colimena”, in PALLA, Maria José, ob. cit., pp. 99-102.

<sup>116</sup> VICENTE, Gil, *Comédia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit., vv. 879-880.

<sup>117</sup> ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins, ob. cit., p. 361.

Ceuta até 1525, ou seja, que pouco antes da representação da peça havia regressado ao reino.

## V – Do sentido da comédia na *comedia*: zombando dos livros de linhagens

Tem-se a certeza que no espectáculo que encenou, como aliás sucedeu em outras representações de Gil Vicente onde o dramaturgo saberia quem estaria na audiência, as referências serviriam para destacar alguns dos membros da corte presentes, de famílias nobres e conhecidas e, de alguma forma, interagir com o público. A este respeito pode afirmar-se que Gil Vicente subverte, é mesmo revolucionário, ao glosar e mesmo ironizar com a já referida produção de trovas heráldico-genealógicas que tanto agradavam à corte.

Relativamente ao que é dito na peça em análise quanto às linhagens citadas, ao contrário dos textos de João Rodrigues de Sá que procurava alguma verosimilhança e tanto quanto possível algum rigor histórico pode-se, desde já, afiançar que, à semelhança do que havia sido feito para as armas da cidade de Coimbra, tal foi realizado sem que qualquer fonte histórica comprovasse as afirmações vicentinas, não passando de um mero exercício fantasioso do autor que não realizou qualquer investigação ou se baseou sequer em qualquer origem lendária divulgada na época.

Carolina Michaëlis afirma:

*«Na fábula que Gil Vicente inventou, reconheço uma paródia e claro propósito de êle se rir e fazer rir a corte à custa de Arqueólogos, Linhagistas e Etimologistas. Numa palavra, à custa dos Humanistas ou Antiquários que, nados no sino do Latim, se entusiasmarão, no 3.º decénio do século de quinhentos, como Catões e Caturras pelas Antiguidades de Portugal»*<sup>118</sup>.

Imagine-se o comportamento da audiência quando fosse dito que se falava «[...] *nos finos e nam contrafeitos*»<sup>119</sup> o actor apontasse para um ou uma nobre de apelido Melo sobre cuja ascendência recaíssem suspeitas. Haveria certamente lugar a um profundo desconforto da pessoa visada pelo escárnio, mas uma animada galhofa por parte da restante assistência.

<sup>118</sup> VASCONCELLOS, Carolina Michaëlis de, ob. cit., p. 170.

<sup>119</sup> VICENTE, Gil, *Comedia sobre a devise da Cidade de Coimbra*, ob. cit., v. 849.

Quando o peregrino do argumento refere «[...] *que aqui / tem os clérigos todos mui largas pousadas / e mantém as regras das vidas casadas / [...] / os sacerdotes que nam tem ninhada / de clerigozinhos são escomungados*»<sup>120</sup>, algo que foi sempre associado ao incómodo causado a Sá de Miranda, quando efectivamente também seria aplicável a outros presentes na sala, sendo disso um bom exemplo a importante figura da corte, parente próximo do rei, o primeiro conde do Vimioso, D. Francisco de Paula de Portugal e Castro que era filho do bispo de Évora, D. Afonso de Portugal<sup>121</sup> que aliás teria tido mais dois filhos de Filipa Macedo, um dos quais D. Martinho de Portugal, que na altura em que a peça foi apresentada teria 42 anos, e que seguiu também a carreira eclesiástica chegando mais tarde a arcebispo do Funchal e também ele tinha descendência.

Pode-se ainda questionar se Gil Vicente se referiria apenas a pessoas presentes que eram descendentes de clérigos, como os anteriormente referidos. Pode ser levantada a hipótese de se referir aos próprios clérigos presentes, que se sabia que tinham, alguns também certamente, *ninhada*. Sabe-se que, nomeadamente, o capelão de el-rei, D. Fernando Coutinho de Vasconcelos e Menezes<sup>122</sup>, que acumulava com as funções de membro do conselho privativo do soberano, terá deixado pelo menos três filhos ilegítimos, havidos de Maria de Brito Alão.

Coloque-se então a questão: será que residiria exactamente aqui o carácter cómico da peça e o motivo do divertimento da assistência, de uma assistência que cultivava a nobiliarquia e as linhagens e se comprazera com os desmandos ditos pelos actores a propósito da sua própria família e sobretudo das famílias dos outros cortesãos presentes na função?

Aníbal Pinto de Castro é muito taxativo a este respeito quando atesta que as estrofes finais são «[...] *uma flagrante paródia*»<sup>123</sup>, asseverando que:

*«[...] nenhuma das lendas genealógicas referidas pelas seis personagens encontrar o menor fundamento nos mais apurados linhagistas. [...] Perante elas não podiam deixar de rir às escâncaras alguns dos cortesãos presentes, que usavam aqueles mesmos apelidos de canora ressonância heráldica, ainda quando porventura se apercebessem de que tanto a exuberância dos pormenores pseudo-históricos como a grandiloquência da expressão significavam, com perversa e certa malícia, uma charge à feira de vaidades que a mania nobiliárquica sempre manteve na sociedade portuguesa ao longo dos tempos»*<sup>124</sup>.

<sup>120</sup> *Ibidem*, vv. 53-54.

<sup>121</sup> CRUZ, Maria Leonor Garcia da, ob. cit., p. 38.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 213.

<sup>123</sup> CASTRO, Aníbal Pinto de, ob. cit., p. 55.

<sup>124</sup> *Ibidem*.

Gil Vicente sabe o que faz quando faz as suas personagens zombarem da cultura nobiliárquica dominante na corte portuguesa, já que esta era uma grande preocupação uma vez que determinava a posição do indivíduo ou da família junto ao rei, nomeadamente na ocupação dos diferentes cargos.

Por fim, não pode deixar de ser mencionado que todas estas famílias, que o dramaturgo fará as suas personagens citar, viram as suas armas ser fixadas e iluminadas no *Livro do Armeiro-Mor*, do rei de Armas Portugal, João do Cró, datado de 1509, poucos anos anterior à peça ter sido escrita e que se admite que aquele dramaturgo possa ter conhecido<sup>125</sup>. Igualmente ter-se-á cruzado certamente muitas vezes com António Godinho, o escrivão da câmara de D. João III, responsável pelo *Livro da nobreza e perfeição das armas*<sup>126</sup>, um importantíssimo armorial, iniciado no final do reinado de D. Manuel I<sup>127</sup> e que estaria ainda a ser iluminado na mesma altura em que a peça em análise era representada perante o rei de Portugal e a sua corte.

Será, aliás, muito interessante cotejar as famílias de que Vicente fala com a representação das suas armas nestes importantes armoriais coevos. A este nível há uma evidência que se pode considerar muito estranha e surpreendente. Em ambas as obras todas as famílias citadas se encontram concentradas num número muito reduzido de fólios, os que estão logo a seguir às armas dos reis, rainhas e infantes de Portugal, no lote dos titulares e famílias mais importantes do reino, salvo uma excepção, a da família Silveira. No *Livro do Armeiro-Mor* as armas das famílias citadas estão concentradas entre os fólios 49 e 54, salvo a família Silveira que apenas surge no fólio 68r, existindo ilustrações de armas até ao fólio 137. No caso do *Livro da nobreza e perfeição das armas* tal concentração ainda é mais significativa, todas as armas surgem reunidas entre os fólios 9v e 10v, salvo uma vez mais o caso dos Silveiras que surge no fólio 14, tendo este livro armas iluminadas até ao fólio 42.

## Conclusão

Relativamente à matéria genealógica, esta é absolutamente fantasiosa, obviamente absurda e percebe-se que seria neste particular que incidiria a caracte-

terística cômica da peça. A invenção e descrição propositada de falsas origens e de disparatados tronos para as mais importantes linhagens do reino de Portugal entreteria e faria rir uma audiência de cortesãos, escandalizando certamente, mas apenas momentaneamente, os que eram visados pelo escárnio vicentino. Este incómodo de alguns presentes na assistência aumentaria certamente a zombaria da restante corte, para logo de seguida estes mesmos, anteriormente visados, se rirem “à custa” do que era dito relativamente às outras importantes famílias presentes, muitas vezes parentes próximos com os quais havia rivalidades latentes. Esta chacota motivaria sobretudo o riso ao monarca que não podia deixar de se gaudiar com a patranha criada exactamente com esse fim, o de divertir sua majestade el-rei de Portugal, D. João, o terceiro deste nome, que passou à História com o cognome de *O Piedoso*.

<sup>125</sup> CRÓ, João do, ob. cit.

<sup>126</sup> GODINHO, António, *Livro da nobreza e perfeição das armas dos reis cristãos e nobres linhagens dos reinos e senhorios de Portugal*, [Em linha] ANTT, *Casa Real, Cartório da Nobreza*, liv. 20, 1521-1541, [Consult. 27 Mar. 2017]. Disponível em <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=4162407>

<sup>127</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Lisboa, Francisco Luis Glz, 1899, vol. 1, p. 19.